

## VISÃO PANORÂMICA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: DO PERÍODO COLONIAL AO PERÍODO IMPERIAL

Amada de Cássia Campos Reis<sup>1</sup>  
FAESPI / IESM / NEHME - UFPI

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar de forma sucinta a História da Educação no Piauí, de sua origem, no Período Colonial, até o final do Período Imperial. Nele pode-se perceber que a educação piauiense teve que passar por um longo e laborioso processo de estruturação acontecendo de forma lenta passando por momentos de avanços e retrocessos. Pode-se afirmar que, no período colonial, o ensino público no Piauí não passou de tentativas frustradas e que, no período imperial, esboçou um pequeno avanço com a criação de escolas por força da Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827, que com dificuldades sobreviviam mergulhadas na precariedade. É um estudo historiográfico resultante de pesquisas bibliográfica e documental tomando como base teórica historiadores de ordem nacional e local dentre eles Azevedo (1976), Tobias (1986), Costa (1974), Nunes (1975), Ferro (1996) e Reis (2009) e legislação da época. Este trabalho vem contribuir para a reconstituição do passado educacional do Piauí colocando à disposição de todos os interessados um conhecimento sistematizado para a construção da identidade educacional desse Estado.

**Palavras-chave:** História da Educação. Piauí. Período Colonial e Imperial.

Conhecer a História da Educação do Brasil e particularmente do seu estado é imprescindível para a manutenção de sua memória e fortalecimento de sua identidade.

O campo de pesquisa em História da Educação no Brasil começou a ter contornos mais definidos com a criação, em 1937, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, cujo objetivo maior era de organizar a documentação relativa à História da Educação no país e promover pesquisa na área. O Brasil passou então a escrever de forma mais sistematizada a sua História da Educação consolidando-se com as atividades de pesquisa na área desenvolvidas nos cursos de pós-graduação, a partir dos anos 70 do século passado.

No Piauí, mesmo reconhecendo a contribuição de alguns historiadores que incluíram em suas obras algumas referências sobre a educação no Estado, esse é um campo que está sendo desbravado. Estudos e produções acadêmicas na área vêm se desenvolvendo após a criação, pela Universidade Federal do Piauí, do Curso de

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestra em Educação. Professora da Faculdade de Educação Superior do Piauí – FAESPI e do Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM, membro de Núcleo de Educação, História e Memória NEHME – UFPI e professora do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Teresina. E-mail: amadamax@hotmail.com.

Mestrado em Educação, em 1992, e do surgimento de núcleos de pesquisa, como o Núcleo de Educação, História e Memória – NEHME, empenhados na reconstituição da história da educação do Estado.

Esse artigo é fruto de pesquisa desenvolvida nesse meio acadêmico e tem como finalidade apresentar uma visão panorâmica da História da Educação do Piauí desde os seus primórdios, no Período Colonial, até o final do Império. Alerta-se que pelo seu caráter sintético apresenta-se lacunar carecendo maiores aprofundamento das generalizações apresentadas. Sua importância reside no fato de expor aspectos relevantes da trajetória educacional do Piauí.

É um trabalho historiográfico resultante de pesquisas bibliográfica e documental com rastreamento de fontes escritas primárias e secundárias como a legislação e obras de divulgação científica localizadas em bibliotecas e arquivos públicos e particulares. Os dados coletados foram cuidadosamente confrontados, organizados, analisados e transformados no texto que segue abaixo apresentando sucintamente os principais fatos educacionais ocorridos no Piauí durante o Período Colonial e Imperial. Mostra o surgimento e as tentativas de organização e estruturação do ensino público no Estado.

### **A educação piauiense no período colonial**

A origem da colonização do Piauí data do século XVII por iniciativa dos fazendeiros da Casa da Torre da Bahia, dentre eles os desbravadores Domingos Afonso Mafrense e seu irmão Julião Afonso, que nessas terras encontraram condições propícias para a criação de gado. O Piauí é marcado no seu nascedouro pelo ferro da pecuária tendo o vaqueiro como figura típica da região.

Neste cenário a educação formal encontrou dificuldades em se firmar no Piauí, pois a rarefação da população, o distanciamento entre as fazendas, o desinteresse dos habitantes que não viam necessidade de estudos para o desempenho de seus afazeres, somando-se a isso, a carência de pessoas com razoáveis conhecimentos para assumirem o papel de professor e a falta de estímulo salarial se constituíram os principais entraves para o desenrolar da educação letrada nos primórdios da história desse Estado (FERRO, 1996; REIS, 2009)

Os jesuítas, que já haviam pisado em terras piauienses na busca de novos cristãos, fixaram residência nessa região muito tardiamente, em 1711, aí permanecendo por 48 anos até sua expulsão de todo território brasileiro por ordem do Marquês de

Pombal, em 1759. Se em outros cantos do Brasil sua ação educadora mereceu relevo, no Piauí, eles se dedicaram à pecuária, uma vez que vieram tocados pelo motivo maior de administrar as fazendas de gado deixadas em testamento por Mafrense para a Companhia de Jesus e não de propagar o ensino. Os jesuítas no Piauí, segundo afirma Nunes (1975, v. 4, p. 275), se “apresentam mais como curraleiros que educadores propriamente”.

No entanto, vale ressaltar que apesar da lacuna deixada pelos jesuítas no que diz respeito ao ensino, recai sobre eles a iniciativa de criar, em 1749, na Vila da Mocha depois cidade de Oeiras, sede da Capitania, o Seminário do Rio Parnaíba (ou Seminário da Sambaíba) para formação de sacerdotes. Essa que seria a primeira escola de nível secundário do Piauí não entrou em atividade sendo transferida para Aldeias Altas, hoje cidade maranhense de Caxias (FERRO, 1996).

Registros mostram que por meio do Alvará de 3 de maio de 1757, foram criadas duas escolas de instrução primária no Piauí, na Vila da Mocha, distintas em gênero e conteúdo: os meninos “deveriam aprender a doutrina cristã, ler, escrever e contar”; enquanto que às meninas “lhes deveria ensinar, além da doutrina cristã, a ler, escrever e contar, cozer, fiar, fazer rendas etc” (COSTA, 1974, v.1, p. 126). No entanto, não se tem notícias que tais escolas entraram em efetivo funcionamento.

Apesar dos governantes da Capitania do Piauí solicitarem constantemente a criação de escolas, a Coroa portuguesa permanecia indiferente aos seus apelos fazendo com que o povo piauiense permanecesse na ignorância. Apenas alguns afortunados que podiam pagar pelos serviços de professores particulares ou envio de seus filhos para outras regiões mais adiantadas tinham acesso a uma cultura letrada.

No século XIX, mais precisamente em 1815, foram criadas no Piauí três escolas públicas de primeiras letras para serem instaladas em Oeiras, sede da Capitania, e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior, com ordenados de 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis) para o professor da capital e de 60\$000 (sessenta mil réis) anuais para os professores das citadas vilas. Alguns historiadores apresentam opiniões divergentes quanto ao funcionamento dessas escolas: para Nunes (1975) elas entraram em funcionamento alguns anos após sua criação e logo fecharam, por outro lado, Costa (1974) diz que elas não chegaram a funcionar. Provavelmente tais ordenados não atraíram as pessoas para o cargo de professor, pois a quantia era inferior até mesmo ao que recebia um feitor de escravo na época, que era de 200\$000 (duzentos mil réis).

Se aproximando o fim do período colonial, em 1818, uma resolução real manda criar em Oeiras uma cadeira de Latim que permaneceu vaga até 15 de janeiro de 1822, quando foi nomeado, provisoriamente, José Lobo Fróis que veio da Bahia para assumir o cargo de professor (REIS, 2009).

Ainda no período colonial, diante da situação desalentadora da educação piauiense, merece destaque a iniciativa particular do Padre Marcos de Araújo Costa em criar, em 1820, uma escola que trazia o mesmo nome de sua fazenda Boa Esperança localizada em terras hoje pertencentes ao município de Padre Marcos, mas originalmente ligadas a Oeiras e depois a Jaicós. Mesmo tendo sido criada no período colonial o pleno funcionamento da escola Boa Esperança se deu no período imperial. O ciclo de vida dessa escola durou 30 anos, de 1820 até 1850, fechando suas portas com a morte de seu idealizador. Segundo Ferro (1996, p. 63), este colégio pode “ser considerado como a primeira escola a existir de fato e o Padre é considerado por muitos dos seus coestaduanos como o primeiro mestre-escola do Piauí”.

Essa se constituiu a realidade educacional do Piauí Colônia. Pode-se afirmar que neste período o ensino público não se estruturou formalmente e que quase a totalidade da população piauiense era analfabeta.

### **A educação piauiense no período imperial**

Com a proclamação da Independência, em 07 de setembro de 1822, o Brasil deixa a condição de colônia e entra em uma nova fase de sua história – o período Imperial. Dom Pedro I, o Imperador do Brasil, outorgou a primeira constituição brasileira, em 1824, que estabelece no seu art. 179, item 32, os princípios da gratuidade do ensino e universalidade da instrução pública. Sua regulamentação foi feita pela Lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral do Ensino.

Das inovações contidas na Lei Geral do Ensino de 1827 destacam-se a disseminação do ensino, mandando que fossem criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do país; a determinação dos ordenados dos professores que, conforme a população e a carestia do local em forem lotados, poderiam variar 200\$000 a 500\$000 anuais; o estabelecimento da equivalência salarial para ambos os sexos; a decisão sobre os conteúdos a serem ensinados recomendando que fossem distintos para meninos e meninas; a determinação da adoção do método mútuo e exames para admissão de professores.

A condição da educação pública no Piauí no início do período imperial era de abandono. Porém, em cumprimento a Lei Geral do Ensino de 1827, inicia um processo de criação de escolas. No curto mandato do Presidente da Província, João José Guimarães e Silva (15/02/1829 a 17/02/1831) foram criadas escolas de primeiras letras em Oeiras, capital da Província, e em outras localidades como Jaicós, São Gonçalo, Poti, Campo Maior, Barras, Jerumenha, Valença e Parnaguá, Parnaíba, Piracuruca, Marvão e Piranhas. Foram também criadas cadeiras de Latim em Oeiras, e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior (COSTA, 1974).

O ensino público no Piauí começa a tomar corpo. No entanto, com o aumento do número de escolas surge também a dificuldade de encontrar professores com condições mínimas para exercer a profissão docente. As escolas da Província, dessa época, eram ministradas por:

[...] inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do magistério – como que a instrução corria à revelia, árida e improfícua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que aceitavam, ou não eram habilitados, ou mal cumpriam com seus deveres (ALENCASTRE, 1981, p. 90)

A Lei Geral do Ensino de 1827 recomendava que as escolas adotassem o método de ensino mútuo ou monitorial. Este método segundo Azevedo (1976, p.72) apresenta as seguintes características:

cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), mestre da turma, por menos ignorante, ou se o quiserem, por mais habilitados. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos

A opção pela adoção oficial desse método pedagógico nas escolas brasileira tinha como finalidade diminuir os custos com a educação levando a instrução primária a um grande número de pessoas sem a necessidade de muitos mestres. No Piauí, como em muitas escolas brasileiras, a adoção desse método não logrou êxito, principalmente pela falta de conhecimento e domínio em sua aplicação. Isso levou a aprovação da Lei Provincial nº 86, de 20 de setembro de 1838 permitindo que as cadeiras de 1<sup>as</sup> letras funcionassem interinamente utilizando o método simples. Sobre o método simples, informa Reis (2009, p. 101):

Através deste método o professor, numa mesma classe, atendia alunos em estágios diferentes ensinando-os individualmente de acordo com o ritmo de cada um. Sua preferência se dava pelo fato de já ser uma prática comum

bastante conhecida dos professores, mesmo tendo o inconveniente de causar indisciplina, exigir maior esforço e dedicação dos professores e demandar mais tempo com o atendimento individual. Por outro lado este método proporcionava um estreito relacionamento entre professor e aluno.

A Constituição Imperial foi alterada pelo Ato Adicional de 6 de agosto de 1834 responsabilizando as províncias pelo ensino primário e secundário. Essa decisão, no campo educacional, conforme opinião de Tobias (1986, p.156), levou “ao extremismo de uma descentralização desagregadora da unidade nacional e pulverizadora do ensino brasileiro”. O ensino ficou desmembrado em dois níveis, federal e provincial, dificultando a unidade do ensino público no âmbito nacional gerando uma desorganização e desarticulação que perdurou por todo o período Imperial (AZEVEDO, 1976).

O Ato Adicional veio complicar a situação de precariedade da educação no Piauí, pois sendo uma província pobre não tinha condições de responsabilizar-se sozinha na promoção da instrução pública, como outras províncias que apresentavam melhores condições econômicas.

Vencida a primeira década do período imperial, o Piauí apresentava, em 1834, um número de 14 escolas de 1<sup>as</sup> letras, dessas somente sete contavam com professores. Nessa época, a instrução secundária funcionava precariamente e estava reduzida às aulas avulsas de latim em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba. A Província ressentia-se de pessoas habilitadas para compor os cargos da administração pública e a saída foi enviar estudantes e funcionários públicos como pensionistas da província para cursarem seus estudos literários e científicos em outras localidades do país que oferecessem tais condições (REIS, 2009).

As escolas, daquela época, eram submetidas a um regime disciplinar rígido sendo comum o uso da palmatória. Para Souza (2004), citada por Reis (2009, p. 106-107):

O castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal; a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias. Era uma forma de impor uma disciplina rígida, e para o professor, a maneira mais rudimentar, e também a mais espetacular e fácil, de colocar sua autoridade em prática.

Nas escolas públicas do Piauí, os castigos corporais foram proibidos em 1864, no entanto essa prática permaneceu por todo período Imperial, ainda se fazendo

presente no início do período republicano, pelo menos em algumas escolas particulares. Para Reis (2009) o uso da palmatória era comum no ambiente familiar e sua utilização na escola, como instrumento disciplinador, contava com o apoio dos pais, uma vez que a escola era tida como a extensão do lar.

A tarefa de ser professor naquela época era muito penosa. Os professores eram apontados pelos governantes como inábeis e responsáveis pelo atraso educacional da Província, porém deve-se salientar que as condições de trabalho eram extremamente precárias, além dos baixos salários e ausência de espaços físicos apropriados tinham que lidar com a carência de material básico para o ensino. Segundo Reis (2009, p. 108): “o desenvolvimento das aulas dependia da criatividade e improvisação do professor”. Acrescenta esta autora que, no Brasil, os livros eram raros até mesmo nas províncias mais adiantadas, devido às dificuldades de aquisição, por serem geralmente impressos ou importados da Europa. No Piauí, essa tarefa exigia esforço ainda maior dada à falta de comunicação e acesso que praticamente isolava a província, além de serem poucos os letrados que tinham condições de comprá-los.

A partir de 1845, quando Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos tornou-se Presidente da Província do Piauí, o ensino público começou a apresentar melhoras na sua estruturação. Ao assumir o comando, apresentou um relatório dizendo que encontrou em todo o Piauí 21 cadeiras de 1<sup>as</sup> letras, 18 para o sexo masculino, e 3 para o sexo feminino, no entanto apenas algumas escolas para meninos encontravam funcionando de forma irregular e com uma frequência muito baixa; e as escolas femininas não estavam providas de professoras. No que diz respeito ao ensino secundário, existiam apenas três cadeiras de Latim, na cidade de Oeiras e nas vilas de Príncipe Imperial e Parnaguá.

Das mudanças educacionais promovidas por Zacarias de Góis determinadas pela Lei nº 198 que foi sancionada por ele, em 4 de outubro de 1845, Reis (2009, p. 110-111) destacam as seguintes:

A extinção das cadeiras isoladas de Latim espalhadas pela Província, concentrando em Oeiras o ensino secundário com a fundação do Liceu Provincial; a determinação como matérias de estudo para o ensino primário as mesmas já prescritas na Lei geral de 15 de outubro de 1827<sup>2</sup>; o

---

<sup>2</sup> Escolas do sexo masculino: “ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana”. Escolas do sexo feminino: mesmas matérias, “com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética

estabelecimento do calendário escolar; a adoção do método simultâneo; a determinação dos direitos e deveres dos professores; a forma de provimento das cadeiras e a obrigatoriedade do ensino.

Um dos feitos de maior relevo na educação durante o governo de Zacarias de Góis foi a criação do Liceu Provincial em Oeiras, capital da Província, em 4 de outubro de 1845. As cadeiras que formavam o currículo inicial do Liceu eram: Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral. Essa que foi a primeira instituição pública de ensino secundário do Piauí iniciou seu funcionamento de forma precária, apenas com a cadeira de Latim. As demais foram sendo providas à medida que fossem surgindo pessoas habilitadas.

Quando o Presidente Saraiva mudou a sede da Província do Piauí, de Oeiras para Teresina, em 1852, autorizou também a transferência do Liceu para a nova capital. Conforme Olímpio (1993) citado por Reis (2009, p. 131), em Teresina o Liceu:

a princípio, sem prédios para alojá-lo, funcionou precariamente na residência dos professores. Posteriormente passou a funcionar em prédios públicos, mudando constantemente de endereço. Chegou a ser extinto para logo depois ser reaberto; sofreu a angústia da inadequação entre os aspectos legais e reais, mas sobreviveu. Recebeu várias denominações: originalmente Liceu Provincial, nome dado pelo seu fundador, Zacarias de Góis; logo depois, até por volta de 1940, passou a ser chamado de Liceu Piauiense; mudou temporariamente para Ginásio Oficial do Piauí e depois, em 1943, para Colégio Estadual do Piauí. Por fim, num gesto de reconhecimento pelo empenho de seu idealizador, recebeu o nome de Colégio Zacarias de Góis, sugerido pelo diretor de então, Arimatéa Tito Filho, por ocasião do aniversário de 110 anos de sua fundação. No entanto, preso na memória dos piauienses, todos insistem em chamá-lo simplesmente de Liceu.

Foi também idéia de Zacarias de Góis a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices, porém esse desejo só se concretizou em 24 de setembro de 1847, já no governo de Marco Antônio de Macedo após aprovação da Lei Provincial nº 220. Essa escola teve que aguardar ainda dois anos para entrar em funcionamento, o que só ocorreu em 1º de dezembro de 1849, no governo de Anselmo Peretti (REIS, 2009).

Sobre esta escola afirma Ferro (1996, p. 69-70):

As atividades eram exercidas através das oficinas de carpina, marcenaria, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro. Foi transferido para a nova capital à época da sua fundação, tendo os seus alunos sido úteis nos trabalhos de construção e instalação dos vários serviços que se iniciavam em Teresina. Este Colégio também passou por situações várias de fechamento e reabertura, sob a alegação de que onerava os cofres públicos. Entretanto, era um tipo de instituição que, mesmo sendo pública, funcionava, em parte, de modo auto-sustentável, pois os trabalhos realizados pelos alunos rendiam algum

---

só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica”. (LEI GERAL de 15/10/1827, art. 6 e 12)



dinheiro, e uma parcela considerável destes recursos era aproveitada para manutenção.

A criação do Liceu Provincial e do Estabelecimento de Educandos Artífices evidencia e existência de escolas direcionadas distintamente para os ricos e para os pobres: a primeira destinada à elite onde jovens abastados se preparavam para assumirem as funções de destaque na sociedade e a segunda para os menos favorecidos visando preparar mão-de-obra barata para trabalho manual ou mecânico.

No período Imperial vale destacar as iniciativas, mesmo que frustradas, de criação de uma Escola Normal para preparação dos professores piauienses. A primeira tentativa ocorreu em 5 de agosto de 1864 com a sua criação, porém iniciando suas atividades nas dependências do prédio da Assembleia Legislativa Provincial apenas em fevereiro de 1865 indo até 1867; reaberta ainda em 1867, numa segunda tentativa, a Escola Normal volta a funcionar em dependências do Liceu nela estudando apenas homens até fechar suas portas em 1874; tornando a funcionar, numa terceira tentativa, em 15 de julho de 1882, no mesmo prédio do Liceu, passou a permitir matrícula para ambos os sexos, porém frequentada apenas por mulheres, no entanto, mesmo apresentando um relativo sucesso, teve que ser extinta em 1888 dada a condição financeira da Província, permanecendo fechada por vinte anos até sua reabertura definitiva já no período republicano (SOARES, 2004).

A educação pública do Piauí cerrou as portas do Império em situação de relativo abandono deixando como legado para o período vindouro um déficit educacional muito grande, com a maioria da população sem acesso à escola, apresentando uma taxa de analfabetismo muito alta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos fatos apresentados, pode-se afirmar que a educação no Piauí não teve pressa de acontecer, foi se desenrolando pausadamente, apresentando constantes recuos ocasionados principalmente pelas fraquezas de políticas educacionais, pelos poucos recursos financeiros, pela carência de professores habilitados e pelo desinteresse da população e outros entraves.

A educação no Piauí não se concretizou no período Colonial, a Coroa portuguesa pouco se manifestou nesse sentido e as escolas por ela criadas na forma da lei não saíram do papel ou logo fechavam suas portas não passando de tentativas frustradas. Chegou ao

final do Império sem conhecer grades avanços, a situação era de desamparo, a frequência era irregular, faltavam materiais didáticos, havia carência de professores habilitados e os salários por eles recebidos eram baixos, além de outros obstáculos.

O que aqui está escrito não esgotou as fontes, mas serve de fio condutor para estudos de aprofundamentos a fim de que a identidade e a memória da História da educação do Piauí sejam mantidas.

## **REFERÊNCIAS**

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1981.

AZEVEDO, Maria Francisca. A Semana Santa em Oeiras. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Halley, n.14, p.169-171, 1995/97.

BRASIL. Constituição (1824). **Carta de lei de 25 de março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Disponível em <<http://www.cmp.rj.gov.br/petro1/constituicao.htm>>. Acesso em 14 de maio de 2005

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>>. Acesso em 14 de maio de 2005.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.1.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 2.

PIAUHY. **Livro 1º de registro das leys e resoluçoens da assembléa legislativa da província**: palácio do governo em Oeiras do Piauhy, em 20 de setembro de 1838. Resolução Nº 86. Criando, em Oeiras, uma cadeira de 1<sup>as</sup> letras pelo método de Lancaster e autorizando interinamente seu funcionamento pelo método simples. [Manuscrito].

PIAUHY. **Relatório do presidente da Província do Piauhy, Zacarias de Góis e Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial do Piauhy, em 1º de agosto de 1845**. Oeiras: Typographia Provincial, 1845.

PIAUHY. **Código das leis piauienses**. Tomo 6. Parte 1ª. Lei Provincial nº 198, de 04 de outubro de 1845. Dá providência sobre a instrução pública. Oeiras do Piauhy: Typographia Provincial, 1845.

PIAUHY. **Código das leis piauienses**. Tomo 8. Parte 1ª. Resolução nº 220, de 24 de setembro de 1847. Cria nesta capital um estabelecimento de educandos artífice. Oeiras do Piauí: Typographia Provincial, 1847.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras**: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX. Teresina: Expansão/ EDUFF.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina, 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2004.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3. ed. rev. São Paulo: IBRASA, 1986.